

# Educação sem preconceito

\* 9 MAR 1995

08079 0

LÉA PEREZ e MARIA RITA TAULOIS

**P**or ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher, é oportuno reafirmar a necessidade de inclusão das demandas da sociedade civil, em especial do movimento de mulheres, na implantação das políticas públicas. No momento em que se observa a retomada da discussão a respeito da urgente melhoria da qualidade de ensino, é preciso que o sistema educacional incorpore, enfim, as questões específicas das mulheres em relação à área de educação.

Numa análise da nossa realidade, constata-se a presença marcante de um fator de desagregação culturalmente enraizado em nossa sociedade: o preconceito — não declarado, operando insidiosamente, como uma entidade presa a uma teia invisível de poder. Preconceito que se torna visível na distribuição de papéis sociais definidos para homens e mulheres.

Os papéis masculinos e femininos, culturalmente aprovados e reproduzidos, criam em cada membro da sociedade uma expectativa em relação ao comportamento dos homens e das mulheres, o que é vivido como um fenômeno natural. Nessa divisão, à mulher coube o papel desfavorável, sutilmente construído através dos séculos e transmitido pelo processo educativo que, iniciado na família, é reforçado na escola, nos meios de comunicação, por outros instrumentos de socialização.

Ao reconhecer o papel significativo da Educação como transmissora de valores da sociedade, impõe-se uma reflexão sobre sua ação: ela é um processo dinâmico que acompanha o ser humano por toda a vida. Presente, no dia-a-dia, não se limita aos bancos escolares nem se dissocia do contexto cultural.

Admitindo-se que não há prática pedagógica neutra, um sistema educacional comprometido com a erradicação das desigual-

dades sociais, tão presentes em nosso cotidiano, se constitui num instrumento fundamental para a eliminação das relações conflituosas de gênero, classe, raça.

A discriminação através da ação educativa tem-se dado de forma sutil, muitas vezes imperceptível. E porque meninas e meninos são educados segundo valorização desigual — o que chamamos de educação diferenciada por sexo — as mulheres, ao longo de sua vida, vêm sofrendo violência explícita que se

reforçar imagens estereotipadas da mulher, conforme apontam inúmeras pesquisas.

Os livros não revelam a totalidade da realidade social: mulheres que educam seus filhos e trabalham fora, mulheres que escolhem se realizar fora do casamento. As solteiras, viúvas, divorciadas ou separadas são habitualmente ignoradas nesses textos. Eles não mostram, ainda, que elas podem optar por ficar solteiras, escolher ter filhos ou não, e que o exercício de uma profissão não é incompatível com a maternidade.

Nas gravuras e nos textos, as meninas são dóceis, amáveis, solícitas e prontas e agradar e servir aos outros. Raramente vivem situações de aventura, longe de casa ou desacompanhadas. Seu mundo é o lar, seu projeto de vida, a família.

Cristalizados esses conceitos, como enfrentar o desafio de contribuir para um mundo sem a fragmentação do ser humano em papéis rígidos a serem apresentados?

Como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher caminha nessa direção?

A Comissão de Educação do Cedim/RJ, respaldada pela Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU), da qual o Brasil é signatário, e também apoiada nas Constituições federal e estadual do Rio de Janeiro, propõe uma ação integrada junto ao sistema educacional no sentido de atuar na elaboração de uma proposta curricular que contemple a construção da cidadania feminina.

Quando se reacende o debate sobre a implantação de um ensino de qualidade, há que se investir na definição de uma política educacional que garanta uma educação não diferenciada a alunos de ambos os sexos.

Léa Perez e Maria Rita Taulois são professoras e coordenadoras da Comissão de Educação do Cedim-RJ.

**“Um preconceito não declarado está operando insidiosamente na distribuição de papéis sociais”**

manifesta através de evidências como agressões físicas, desigualdade salarial, dificuldade de serem atendidos os seus direitos reprodutivos.

Dentre as instituições responsáveis pela socialização da criança, a escola é aquela cuja ação é mais sistemática e responde a uma vontade explícita da sociedade. Ela é também um lugar de aprendizado do preconceito, que se apresenta sob as mais variadas formas e através dos mais diferentes veículos de informação.

O livro didático, um dos principais instrumentos utilizados pelo professor no seu trabalho cotidiano, tem contribuído para